

A intervenção social de interesse coletivo - da pessoa ao território

L'intervention sociale d'intérêt collectif – de la personne au territoire

DE ROBERTIS, Cristina; ORSONI, Marcelle; PASCAL, Henri; ROMAGNANI, Micheline. *L'intervention sociale d'intérêt collectif – de la personne au territoire*. Presses de l'EHESP, 2008.

Por Marilena Jamur ¹

Apresentação

O processo de desenvolvimento do trabalho social na França e no Brasil foi bastante distinto, fazendo com que hoje sejam muitas as diferenças de características entre ambos, embora seja possível identificar alguns traços comuns. No que tange às diferenças estruturais, pode-se destacar inicialmente, que na França, a estabilidade das políticas públicas que constituem a base para a intervenção no campo social, sempre foi uma constante no planejamento estatal, que se realiza sistematicamente para períodos de longo-prazo, garantindo a continuidade de programas de ação, independentemente da ocorrência de eventuais mudanças de governo.

No plano da intervenção social propriamente dita, cabe registrar a existência de diferenças no plano da formação profissional, que não haveria espaço para detalhar aqui, sendo importante destacar, porém, que o sistema francês traduz uma preocupação maior com a experiência na formação teórico-prática.

Quanto às semelhanças que é possível identificar, verifica-se que, desde o final dos anos 1960, como ocorreu em vários países europeus, latinoamericanos e no Canadá, o trabalho social (TS) vem sendo colocado em questão. No caso da França, sob o impacto dos movimentos de maio de 1968 que atingiram várias esferas da vida social e política do país, houve um profundo questionamento do TS, que se expressa em inúmeras publicações

datadas do início dos anos 1970, estendendo-se por toda essa década. Falava-se, então, de um mal-estar entre os profissionais do campo social, o que contribuiu para o surgimento de um novo tipo de reflexão: ao mesmo tempo que os profissionais franceses se questionavam politicamente sobre o papel do TS, se comprometiam com a construção de formulações teóricas e práticas que pudessem se articular para construir um novo patamar de intervenção, coerentemente com todas as dimensões do TS criticadas, superando-as. Esse movimento de questionamento, busca e construção prossegue, renovando-se desde então, ganhando novo impulso a partir da última década.

A obra aqui resenhada se insere nesse esforço, refletindo o compromisso político, teórico e prático dos autores para qualificar o trabalho social e fazer face às novas configurações do campo social e aos desafios que ele apresenta. Dentre os autores, todos têm larga experiência de trabalho na formação profissional para o TS; um deles é sociólogo e pesquisador dedicado à história do TS; três são assistentes sociais que além de uma prática profissional diversificada, têm experiência em pesquisa-ação e na forma de intervenção coletiva, que é tratada nesta obra. Por essa razão, acreditamos que o seu trabalho pode oferecer uma contribuição aos profissionais brasileiros em face das condições de trabalho contemporâneas, sobretudo porque as reflexões nele contidas aliam uma perspectiva ético-política à explicitação do caminho teórico-metodológico para realizar a intervenção social de interesse coletivo e têm sólida base na prática.

Conteúdo geral da obra e pertinência para o campo do trabalho social

O conteúdo da obra, dividida em duas partes, em sua totalidade responde às necessidades hoje presentes do campo do trabalho social, pelas suas características, que enumeramos resumidamente a seguir.

Na primeira parte, que tem por título Compreender a intervenção social de interesse coletivo e se compõe de três capítulos, os autores apresentam uma triplíce reflexão.

Num primeiro momento, a reflexão focaliza como a questão da intervenção numa perspectiva coletiva se apresenta na história do trabalho social, assinalando as diferentes configurações que ela assume numa longa trajetória, que vai do final do século XIX às últimas décadas do século XX, quando: por um lado, se observa um notável desenvolvimento da formação e das práticas de intervenção coletiva,

refletindo as tensões e mutações presentes no campo social; por outro lado, observa-se que a efervescência então existente propicia a construção de uma nova definição da intervenção de interesse coletivo, ao mesmo tempo em que, no plano das políticas sociais uma série de relatórios governamentais e de ações administrativas preconizam o desenvolvimento de ações territoriais e de dispositivos baseados em novas concepções de ação social, que reconheçam necessidades e direitos dos usuários como cidadãos plenos – fatores que parecem constituir o quadro ideal para a afirmação da intervenção social de interesse coletivo (ISIC).

A seguir, os autores refletem sobre o enfoque teórico que fundamenta a sua perspectiva da ISIC, apresentando ao leitor os elementos essenciais para uma plena compreensão dos seus fundamentos: o que é constituinte dessa forma de intervenção social e as definições relevantes e as dinâmicas sociais que são colocadas em jogo nas diferentes dimensões da intervenção social. Na seqüência são apresentados os instrumentos teóricos a serem mobilizados: primeiramente para realizar uma leitura da realidade; em segundo lugar os instrumentos necessários à análise da própria ação; em terceiro a filosofia política da ação é objeto de discussão, onde os autores situam historicamente o fenômeno democrático e sua evolução, resgatando o princípio que desde a Revolução Francesa se propõe como norteador, tanto no plano da ação individual como da ação coletiva – liberdade, igualdade, fraternidade – para discutir as questões da cidadania e da solidariedade como fontes de vínculo social e de pertencimento a uma coletividade política, que se define por direitos e garantias que são construções históricas. O terceiro capítulo se encerra com a reflexão dos autores sobre mudança social que segundo eles “tanto pode servir para manter uma estrutura social, como para destruí-la. O sentido dado à mudança visada depende dos atores que a propõem ou se opõem a ela e das relações sociais nas quais ela se inscreve”(p. 88).

A primeira parte da obra se encerra com uma reflexão sobre a relação entre posicionamento profissional e estratégias de ação que, para os autores tornou-se uma preocupação profissional central dos assistentes sociais. Nesse capítulo são retomadas algumas definições, entre as quais ética, valores, deontologia, para discutir o posicionamento profissional, que é colocado sempre em relação com um conjunto de fatores e dimensões que condicionam a ação profissional. Inicialmente é feita a distinção entre posicionamento (ou postura) profissional e função profissional: o primeiro termo, que tem sido usado no meio profissional mais recentemente “indica uma noção de vontade e de escolha”, enquanto “a função é estabelecida pela instituição [...] designa o que faz o profissional no

quadro de suas atribuições [...] definidas pela instituição”; é o lugar institucional que opera como um quadro estruturante da relação. A postura define a maneira de desempenhar a função [...] é necessariamente uma escolha pessoal decorrente da ética profissional; [...] Postura e função definem uma maneira de ser dialeticamente relacionada (p. 92). A reflexão sobre a relação dialética existente entre ambos, focalizando especificamente a ISIC, é feita examinando o papel das políticas sociais, das instituições, dos poderes locais e dos usuários, assim como as contradições que atravessam esse campo e as novas possibilidades que se apresentam aos profissionais. Em função disso, o posicionamento profissional nunca se apresenta como uma conquista definitiva: “ele varia, passa por questionamentos constantes, é repensado, redefinido. É na ação concreta e específica face a uma dada situação que a experiência se realiza. É a conjunção, a articulação e as tensões entre os elementos presentes na ação do profissional que darão a este o material para estabelecer escolhas e afirmar posições. O posicionamento mostra a maneira como um dado profissional, numa situação precisa em que se encontra, gerencia as contradições que se apresentam entre as metas visadas pelas políticas sociais, a organização e os programas institucionais, as demandas e os problemas dos usuários, sua própria ética e a deontologia profissional.” (p.99).

Os autores concluem o capítulo com uma análise de abordagens estratégicas, que não constituem modelos fixos ou imutáveis, mas orientações adotadas num dado momento, diante de situações concretas, seguindo um “engajamento ético, que se concretiza na ação e conduz a escolhas”. Citando Brigitte Bouquet –autora de *Ética e trabalho social*– afirmam que “o campo da ética não é aquele dos desejos impotentes, mas aquele das escolhas que mudam o rumo das coisas e os homens” (p.101) e analisam as exigências de posicionamento para os trabalhadores sociais em face dos usuários dos seus serviços, das instituições e de si próprios, diante das modalidades contemporâneas de desenvolvimento social.

A segunda parte – intitulada *Agir para mudar* – é composta de cinco capítulos, que os autores consagram às diferentes dimensões da prática de intervenção social de interesse coletivo (ISIC).

Nela os autores apresentam detalhadamente a metodologia incluindo as estratégias e as técnicas destinadas para colocar em prática a proposta da ISIC. Fundamentados em 30 experiências concretas de trabalhadores sociais e estudantes em formação (estagiários), as práticas concretas relatadas e analisadas servem de base para uma reflexão precisa e coerente sobre o desenvolvimento do processo metodológico, que os autores expõem e analisam em suas diferentes etapas,

suas modalidades e sua dinâmica (Capítulo 4). Cabe assinalar que os grupos de usuários presentes num determinado território, constituem o núcleo da proposta metodológica da ISIC.

Sem negar as qualidades da primeira parte aqui sintetizadas, acreditamos que esta segunda parte da obra é, sem dúvida, a que mais substancialmente responde às necessidades dos trabalhadores sociais que buscam referências teórico-práticas consistentes para sua intervenção profissional, considerando que:

- Todas as etapas da metodologia são analisadas em profundidade, de forma clara e concisa;
- Tendo em vista que os grupos presentes no território constituem um elemento-chave na intervenção, os autores apresentam (no Capítulo 5) elementos fundamentais extraídos das situações concretas da ação junto a esses grupos, que são analisados quanto às suas características (seu tipo, sua composição), seus objetivos e expectativas, sua estruturação e suas relações com outros grupos, dentro da dinâmica territorial que constitui o seu contexto social e político;
- O próprio processo de desenvolvimento dos grupos e os objetivos construídos através da intervenção dos trabalhadores sociais, também constituem objeto de reflexão, a partir dos elementos essenciais para o conhecimento das demandas existentes no território onde os grupos estão presentes; todos esses elementos são pensados pelos autores como parte de “procedimento de diagnóstico” (examinado no Capítulo 6), que deve fundamentar qualquer intervenção. Esta é cuidadosamente analisada nas suas múltiplas dimensões no Capítulo 7, trazendo elementos importantes para refletir sobre o papel dos profissionais, tanto na construção da dinâmica interna, como da dinâmica externa, dando atenção especial aos seguintes aspectos: a evolução dos grupos através das ações, incluindo-se aí a ação das associações e as formas de parceria e ação conjunta; o impacto das ações sobre o meio social e as mudanças que ocorrem em diferentes níveis como consequência.
- Os autores levantam ainda uma outra questão importante: quando o processo de intervenção deve ser finalizado, analisando diversos fatores sobre esse aspecto, que consideram que deva ser objeto de um trabalho específico dos profissionais.

- Um aspecto fundamental do processo de intervenção, que nem sempre é tratado adequadamente na literatura profissional é a avaliação, ao qual os autores dedicam espaço significativo, tratado cuidadosamente no capítulo 8. Além dos temas e eixos que devem ser considerados numa avaliação, são examinados os diferentes tipos e os distintos instrumentos que podem ser utilizados pelos trabalhadores sociais em vários momentos do processo de avaliação. Cabe assinalar que, para além da aplicação específica na ISIC, neste capítulo há elementos de reflexão sobre a avaliação, adaptáveis a outras formas de intervenção.
- Em todos os capítulos é apresentado um consistente material ilustrativo, com esquemas gráficos, quadros e diagramas de fluxo que servem de apoio à exposição, complementando-a e tornando claros os procedimentos e processos.

Nas conclusões, os autores estabelecem os limites do texto orientado para a intervenção coletiva (ISIC), afirmando que os instrumentos propostos precisam ser transformados e adaptados para outras formas específicas de ação profissional. Um desses limites é que nele não foi possível tratar do conjunto de conhecimentos necessários à realização deste tipo de intervenção profissional, dada sua magnitude; entretanto, a título indicativo, apresentam um inventário das diferentes áreas de conhecimento fundamentais para a ISIC (sociologia, psicossociologia, economia, direito, filosofia política, legislação social, meio ambiente e saúde, entre outros), indicando qual é a contribuição teórica e os instrumentos específicos que cada área pode oferecer a um tipo de intervenção que visa um território e uma população.

Ressaltam, ainda que o desenvolvimento proposto pela ISIC não se restringe à busca do conhecimento útil e adequado para a ação, mas pressupõe uma série de condições, incluindo: o compromisso dos trabalhadores sociais e das instituições presentes no campo, que devem estar preparados para integrar no seu pensamento e no seu modo de atuar as características da intervenção coletiva, aceitando que ela se desenvolve através da sua própria dinâmica e que nem tudo se pode prever, programar e pré-determinar; é necessário reconhecer que há uma multiplicidade de tempos sociais, vivenciada de maneiras diferente por distintos atores e que, como “o tempo da política não é o mesmo que aquele da instituição social, o tempo do trabalhador social não é o mesmo do seu público” (p. 284); diante disso, um papel fundamental do trabalhador social é conhecer, aceitar e zelar para que os ritmos sociais sejam respeitados, ao mesmo tempo que busca estabelecer compromissos sólidos entre os múltiplos protagonistas.

Outra questão importante colocada pelos autores refere-se à maneira específica como os valores (o respeito à dignidade humana, a justiça social, a igualdade) são colocados em prática através dos grupos que se convertem em difusores de valores (como a ajuda mútua e a solidariedade), passando a ser promotores de experiências significativas (tais como o respeito pelo outro como um igual, o processo democrático de tomada de decisões, o questionamento ético sobre a ação).

Finalizando, os autores consideram a proposta da ISIC como uma obra aberta e inconclusa, convidando os trabalhadores sociais a realizar a experiência e a refletir sobre ela para ampliar o conhecimento, teorizando sobre suas práticas.

A bibliografia apresentada traz referências importantes, suficientes e adequadas à proposta dos autores e ao conteúdo desenvolvido na obra, permitindo, ainda, aprofundar a reflexão estimulada pelo texto.

Nota

- 1 Assistente Social, Doutora em Ciências Sociais pela EHESS- Paris, Professora colaboradora do Instituto de Psicologia/UFRJ, Membro do Núcleo Rio de Janeiro da ABRAPSO. marilena.jamur@terra.com.br.

Recebido em novembro de 2010, aceito para publicação em dezembro de 2010.